



**Ag-ED-AIRR-104000-40.2011.5.21.0007**

Agravante: **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Procuradora: Dra. Tereza Cristina Ramalho Teixeira

Agravado : **MARIA JOSÉ DA SILVA**

Advogado : Dr. Arthunio da Silva Maux Júnior

Agravado : **MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOCIAL - MEIOS**

EMP/

### D E S P A C H O

Trata-se de **recurso extraordinário** contra acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O ente público suscita **preliminar de repercussão geral** da matéria e aponta violação aos dispositivos da Constituição da República que especifica nas razões recursais.

A Vice-Presidência deste Tribunal Superior, por despacho, determinou o sobrestamento do recurso extraordinário no **Tema n° 246** do ementário de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.

Considerando que a matéria foi julgada na Sessão do Tribunal Pleno do STF em 26/03/2017, com fixação da tese de mérito e que o acórdão foi publicado no Diário Eletrônico de Justiça de 12/09/2017, passo ao exame de admissibilidade do recurso sobrestado.

Cabe ressaltar que, em virtude da decisão em que determinado novo sobrestamento do recurso extraordinário, em consonância com o posicionamento anterior do STF e do Órgão Especial do TST, restou prejudicado o agravo interposto em face da decisão do então Ministro Vice-Presidente Ives Gandra da Silva Martins Filho em que denegado seguimento ao apelo extraordinário com base na Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16, cabendo novo exame do recurso extraordinário à luz do precedente de repercussão geral no RE 760931/DF.

É o relatório.

**Decido.**

O **Tema 246** diz respeito à "**responsabilidade subsidiária**



**Ag-ED-AIRR-104000-40.2011.5.21.0007**

**da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.”**

Partindo da premissa de que, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, os entes públicos não podem responder automaticamente pelos débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas das empresas prestadoras de serviço para a administração pública, o Pleno do STF fixou a seguinte tese de mérito no precedente:

O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere **automaticamente** ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. **(grifei)**

Com essa definição, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a dicção do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, apesar de constitucional, não representa o afastamento da responsabilidade civil do Estado em toda e qualquer hipótese, mas, ao revés, indica a existência de tal responsabilidade em caso de prova da culpa do ente público, tal e qual já havia sido decidido pela mesma Corte por ocasião do julgamento da ADC nº 16, e reafirmado por meio das diversas manifestações de voto que construíram as razões de decidir do precedente de repercussão geral em comento.

Nesse ponto, é de inegável clareza o voto da Ministra Cármen Lúcia, que acabou por conduzir os argumentos que levaram ao texto final da tese aprovada, em reprodução literal à locução sugerida pela i. Presidente, fls. 284-286 do acórdão correspondente, *in verbis*:

[...]

7. Em 24.11.2010, quando este Supremo Tribunal decidiu pela procedência da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 16 (Dje 9.9.2011), declarando constitucional o art. 71, §1º, da Lei Federal n. 8.666/1993, asseverou a impossibilidade de transferência **automática** da



**Ag-ED-AIRR-104000-40.2011.5.21.0007**

responsabilidade pelos encargos trabalhistas decorrentes de contrato de terceirização, à Administração Pública tomadora dos serviços:

*“RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica. Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, §1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995”* (ADC 16, Relator Ministro Cezar Peluso, Pleno, Dje 9.9.2011).

Naquela assentada, proferi voto-vista asseverando que **“a responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.”**

No ponto, realcei ainda que **“o dever de fiscalização cuidado pela jurisprudência deste Supremo Tribunal diz respeito, prioritariamente, ao objeto do contrato administrativo celebrado. Todavia, é inegável que, em atenção ao princípio da legalidade, a Administração Pública não pode anuir com o não cumprimento de deveres por entes por ela contratados, do que dá notícia legal a norma agora posta em questão.”**

[...]

**8.** Não desconheço, portanto, os precedentes deste Supremo Tribunal quando demonstrada a possibilidade de responsabilização subjetiva e subsidiária da Administração Pública nesses casos. **(grifei)**

Na sessão do dia 26/04/17 (fls. 336-345 do acórdão referente ao RE 760.931), o Supremo Tribunal Federal, ao aprovar a tese do Tema 246, entendeu por não definir no dispositivo expresso do



**Ag-ED-AIRR-104000-40.2011.5.21.0007**

precedente quais hipóteses de culpa comprovada ensejariam a responsabilização da Administração Pública, convergindo no entendimento, contudo, de que a regra geral leva à ausência de responsabilidade decorrente do inadimplemento de encargos trabalhistas dos empregados do contratado, salvo demonstração (não presumida) de inobservância do dever legal da Administração pública em relação a tais contratos.

Tal premissa, assim, pode ser considerada como motivo determinante da decisão e, da mesma forma, como aspecto vinculante e integrante da tese jurídica aprovada, na esteira do que sinaliza a própria Corte Suprema nos julgados posteriores ao advento da Lei 13.105/15, tendo em vista a nova sistemática de precedentes prevista em lei, e em revisão aos posicionamentos anteriores do STF que oscilavam quanto à adoção da denominada teoria da transcendência dos motivos determinantes (e.g., ADI 4.697/ DF, Rel. Min Edson Fachin, data de julgamento: DJE 06/10/2016, data de publicação: DJE 30/03/2017 e 4.762/DF, Rel. Min. Edson Fachin, data de julgamento: DJE 06/10/2016, data de publicação: DJE 30/03/2017).

Tecidas tais considerações sobre o precedente, conclui-se que a tese jurídica fixada é no sentido de que, apesar de não haver espaço para a responsabilização objetiva ("automática") do Estado em matéria de inadimplemento contratual de terceiros que prestam serviços terceirizados à Administração Pública, esta se mostra possível nos casos concretos em que a culpa do ente da Administração Pública tenha restado devidamente configurada, como inobservância do dever legal do ente público em relação aos contratos firmados.

Com isso, o que se tem de preciso e vinculante no precedente em questão, como parte integrante de sua *ratio decidendi*, é a definição de que a culpa do ente público deve ser objeto de exame circunstanciado da instância julgadora e estar devidamente consignado em suas razões de decidir, evitando assim a dita transferência automática da responsabilidade ao ente público.

Essa é, exatamente, a hipótese dos autos, já que o acórdão



**Ag-ED-AIRR-104000-40.2011.5.21.0007**

recorrido é pródigo ao definir e circunstanciar a culpa do ente público segundo o conjunto fático-probatório observado.

Nesse contexto, ficou configurada a responsabilidade subsidiária da administração pública, abrangente da totalidade dos créditos trabalhistas deferidos e seus consectários.

Logo, versando o acórdão recorrido sobre questão atinente a tema cuja repercussão geral foi reconhecida, com a consequente consagração de tese jurídica semelhante à albergada por esta Corte Superior, resta inviabilizada a admissibilidade de recurso extraordinário para reexame desse ponto da decisão, a teor do que dispõe o **art. 1.030, I, "a", do atual CPC (que corresponde ao art. 543-B, § 3º, do CPC/1973)**.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário.

À Coordenadoria de Recursos - CREC -, para promover a reautuação do feito na classe processual anterior e demais providências pertinentes.

**Publique-se.**

Brasília, 14 de dezembro de 2017.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

**EMMANOEL PEREIRA**

**Ministro Vice-Presidente do TST**